

PROJETO INTEGRADO



UNIFEOB

CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO OCTÁVIO BASTOS

ESCOLA DE NEGÓCIOS

ADMINISTRAÇÃO

PROJETO INTEGRADO

BENEFÍCIOS DA LEI DO BEM RELACIONADOS À INOVAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES

<MULTMAX SELANTES LTDA>

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP NOVEMBRO 2024

UNIFEOB

CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO OCTÁVIO BASTOS

ESCOLA DE NEGÓCIOS

ADMINISTRAÇÃO

PROJETO INTEGRADO

BENEFÍCIOS DA LEI DO BEM RELACIONADOS À INOVAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES

<MULTMAX SELANTES LTDA>

MÓDULO DE TÓPICOS ESPECIAIS

Administração Pública – Prof^a. Carolina Teixeira Ferreira

Gestão de Investimentos e Riscos – Prof. Luiz Fernando Pancine

Tecnologia da Informação e Business Intelligence – Prof^a. Mariangela Martimbianco

Tópicos Especiais em Administração – Prof^a. Renata Elizabeth de Alencar Marcondes

Projeto de Tópicos Especiais – Prof^a. Renata Elizabeth de Alencar Marcondes

Estudantes:

Carlos José Piper Santos RA: 22000330
Carolina Tavares Bonfante RA: 23000795
Guilherme Santos Zan RA: 22000537
Maria Izabelly Julio Paulino RA: 22000287
Mayara dos Santos Palermo RA: 22001576
Murilo Andrade beneto RA: 22000475

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP NOVEMBRO 2024

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	DESCRIÇÃO DA EMPRESA	7
3	PROJETO INTEGRADO	8
	3.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	8
	3.1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO LEI DO BEM	8
	3.1.2 REQUISITOS E BENEFÍCIOS	9
	3.1.3 SOLICITAÇÃO DOS BENEFÍCIOS E COMPROVAÇÃO DAS ATIVIDADES	12
	3.1.5 EXEMPLOS DE PD&I NA PRÁTICA	16
	3.2 GESTÃO DE INVESTIMENTOS E RISCOS	18
	3.2.1 PROCESSO DE GERENCIAMENTO DE RISCO	18
	3.2.2 MATRIZ DE RISCO	19
	3.2.3 LEI DO BEM	21
	3.3 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E BUSINESS INTELLIGENCE	24
	3.3.1 DASHBOARD	26
	3.3.2 ANALISANDO O DASHBOARD	27
	3.4 TÓPICOS ESPECIAIS EM ADMINISTRAÇÃO	28
	3.4.1 AVALIANDO AS APTIDÕES DA EMPRESA	29
	3.4.2 VERIFICAÇÃO DE INICIATIVAS DE PD&I PARA UTILIZAÇÃO DOS BENEFÍ	CIOS
	DA LEI DO BEM.	32
	3.4.3 DIAGNÓSTICO DO ESTÁGIO DA EMPRESA E ADEQUAÇÕES	36
	3.5 CONTEÚDO DA FORMAÇÃO PARA A VIDA: CRIANDO O NOVO	37
	3.5.1 CRIANDO O NOVO	37
	3.5.2 ESTUDANTES NA PRÁTICA	43
4	CONCLUSÃO	44

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como foco a análise dos "Benefícios da Lei do Bem Relacionados à Inovação nas Organizações", uma iniciativa do Governo Federal que visa incentivar empresas a investirem em pesquisa e desenvolvimento (P&D) por meio de incentivos fiscais. A Lei do Bem se destaca como uma ferramenta estratégica que pode proporcionar às organizações vantagens competitivas significativas, estimulando a inovação e a melhoria contínua em processos e produtos.

Neste contexto, o trabalho abordará como a adesão à Lei do Bem pode impactar positivamente os índices de risco e retorno das empresas. Para isso, será examinada uma proposta de adesão da Multmax Selantes Ltda à lei do bem. A análise levará em consideração variáveis internas, como a cultura de inovação, a capacidade financeira e a infraestrutura disponível para P&D, assim como variáveis externas, que incluem o cenário econômico, a concorrência e as políticas públicas relacionadas.

Para embasar as discussões, serão utilizadas fontes diversas, como artigos acadêmicos e relatórios do governo, permitindo uma visão ampla e crítica sobre a temática. A proposta é que, ao final da consultoria, a empresa escolhida consiga visualizar todos os benefícios que terá.

A implementação da Lei do Bem traz consigo uma gestão de riscos específica. Para as empresas, os investimentos em P&D envolvem incertezas significativas, desde a viabilidade técnica dos projetos até o retorno financeiro esperado. No entanto, com os incentivos fiscais, os riscos podem ser mitigados, tornando esses investimentos mais atrativos. A lei não apenas reduz a carga tributária, mas também pode proporcionar maior previsibilidade nos fluxos de caixa, ajudando na alocação eficiente de recursos.

Do ponto de vista da administração pública, a Lei do Bem é uma ferramenta estratégica para fomentar a inovação no país. Ao incentivar o setor privado a investir em P&D, o governo busca aumentar a competitividade da indústria nacional, promovendo um ambiente propício à inovação. Além disso, a lei se alinha a políticas de desenvolvimento econômico e tecnológico, contribuindo para a criação de empregos e o fortalecimento da economia.

A inovação é um pilar fundamental para o crescimento sustentável das empresas e da economia como um todo. A Lei do Bem encoraja as organizações a buscarem soluções criativas e eficientes, não apenas melhorando produtos existentes, mas também desenvolvendo novas tecnologias que podem revolucionar setores inteiros. Através do incentivo à inovação, as empresas

podem se diferenciar no mercado, responder de forma mais ágil às mudanças nas demandas dos consumidores e se adaptar às novas tendências.

Em resumo, a Lei do Bem se apresenta como um importante instrumento de política pública que interage com a gestão de riscos e investimentos das empresas, promovendo um ciclo virtuoso de inovação e desenvolvimento econômico. Segundo o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, a Lei do Bem representa um esforço do governo brasileiro para estimular a inovação nas empresas, oferecendo incentivos fiscais que permitem a dedução de investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

2 DESCRIÇÃO DA EMPRESA

A Multmax Selantes é uma empresa brasileira especializada na fabricação de selantes de alta performance, com foco em oferecer soluções inovadoras e eficientes para diversos setores, como construção civil, automotiva e indústria. Desde sua fundação em 2010, a Multmax se destacou pela qualidade de seus produtos e pelo compromisso com a sustentabilidade, utilizando matérias-primas que minimizam impactos ambientais. Com um time de profissionais qualificados e tecnologia de ponta, a empresa busca continuamente aprimorar suas formulações e expandir sua linha de produtos, garantindo a satisfação dos clientes e consolidando sua posição como referência no mercado de selantes.

A empresa está focada no mercado de construção civil, voltada mais para a linha de vedação, além de comercializar toda a linha de ferramentas, fixação e acessórios para todo o setor atuante. Está inscrita pelo CNPJ 22.618.696/0001-57, com a razão social Multmax Selantes Ltda, foi fundada pelo Max Bonfante, com o objetivo de atender a um mercado carente de bons produtos e atendimento diferenciado.

Com um compromisso sólido com a qualidade e inovação, a Multmax Selantes se destaca no mercado pela sua capacidade de oferecer soluções personalizadas que atendem às necessidades específicas de seus clientes.

Sua principal missão é oferecer produtos de qualidade e um atendimento diferenciado, a todos os seus clientes, que é a razão da sua existência. Multmax Selantes a marca que sela clientes.

3 PROJETO INTEGRADO

O projeto integrado visa não apenas apresentar uma análise detalhada sobre a Lei do Bem e suas implicações, mas também oferecer uma contribuição prática para a Multmax Selantes, orientando a empresa na utilização efetiva dessa legislação para impulsionar sua inovação e competitividade no mercado.

A aplicação dos conteúdos abordados nas unidades de estudo permitirá que a Multmax Selantes utilize a Lei do Bem de forma eficaz, estimulando a inovação e a competitividade no setor de selantes. O projeto integrado não apenas proporcionará uma análise detalhada, mas também contribuirá para a cultura de inovação dentro da empresa, preparando-a para os desafios futuros.

3.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A Lei do Bem é uma norma brasileira criada para incentivar a pesquisa e o desenvolvimento (P&D) tecnológico nas empresas de diversos setores. Seu principal propósito é promover a inovação, reconhecendo-a como um elemento crucial para a competitividade e a longevidade das organizações em um mercado global dinâmico.

A legislação oferece uma série de incentivos fiscais, permitindo que as empresas deduzam uma parte significativa dos gastos com P&D de seus impostos, como o Imposto de Renda (IRPJ). Além disso, a lei proporciona reduções nas contribuições para PIS/Pasep e Cofins e isenções de IPI para a aquisição de bens destinados exclusivamente a atividades de pesquisa.

O objetivo central da Lei do Bem é estimular uma cultura de inovação no Brasil, ajudando as empresas a desenvolverem novos produtos, processos e serviços. Ao criar um ambiente que favorece o investimento em tecnologia, a lei busca não apenas impulsionar o crescimento econômico, mas também fortalecer a capacidade inovadora do país, contribuindo para um desenvolvimento sustentável e inclusivo.

3.1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO LEI DO BEM

A Lei do Bem foi estabelecida para incentivar a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico no Brasil, oferecendo benefícios fiscais às empresas que investem em inovação. Em um mundo cada vez mais competitivo, a inovação se torna vital para a sobrevivência e o crescimento das organizações. Com essa lei, as empresas têm a oportunidade de deduzir parte de seus gastos com pesquisa e desenvolvimento (P&D) de seus tributos, promovendo um ambiente mais propício à criação de novos produtos, processos e serviços.

Esse incentivo é acessível a empresas de diferentes portes e setores, desde startups até grandes indústrias, incentivando a geração de novas tecnologias e soluções no mercado. Neste guia, discutiremos os principais benefícios fiscais oferecidos pela Lei do Bem e como as empresas podem se preparar para utilizá-los de forma eficaz.

Ao explorar a Lei do Bem e seus benefícios fiscais, percebo a importância crucial da inovação para a competitividade das empresas no Brasil. Essa legislação não apenas oferece um suporte financeiro significativo, mas também cria um ambiente estimulante para a pesquisa e o desenvolvimento. Acredito que, ao aproveitar esses incentivos, empresas de todos os tamanhos podem transformar suas ideias em soluções concretas, impulsionando o avanço tecnológico e contribuindo para o crescimento do mercado. Estou animado para compartilhar as informações sobre como as empresas podem se preparar para utilizar esses benefícios de forma eficaz e, assim, potencializar seus investimentos em inovação.

3.1.2 REQUISITOS E BENEFÍCIOS

Requisitos para a Lei do Bem:

Tipo de Empresa: A empresa deve ser uma pessoa jurídica tributada pelo lucro real, independente do porte (pequena, média ou grande).

Atividades de PD&I:As atividades realizadas devem estar alinhadas com as definições do Art. 2º do Decreto nº 5.798/2006, incluindo pesquisa básica, pesquisa aplicada, desenvolvimento experimental e inovações tecnológicas.

Documentação Comprovativa:A empresa deve manter registros detalhados de todas as atividades de PD&I. Isso inclui:

- Relatórios técnicos que descrevem os projetos e resultados.
- Comprovantes de despesas relacionadas às atividades (salários, insumos, equipamentos, etc.).
 - Registros de horas trabalhadas e dos profissionais envolvidos nos projetos.

Regularidade Fiscal:A empresa deve estar em dia com suas obrigações fiscais e previdenciárias, o que inclui a regularidade no pagamento de impostos e contribuições.

Requisição Anual:A solicitação dos benefícios deve ser feita anualmente, com a entrega de um formulário específico à Receita Federal, contendo informações sobre os projetos e os gastos realizados.

Elaboração de Relatórios:É necessário elaborar relatórios que comprovem a execução dos projetos de PD&I, demonstrando os resultados alcançados e os impactos das inovações.

Revisão e Atualização:A documentação e os procedimentos devem ser revisados e atualizados continuamente, de acordo com possíveis mudanças na legislação e nas exigências da Receita Federal.

Consequências do Não Cumprimento:

Caso a empresa não atenda a esses requisitos ou não mantenha a documentação adequada, pode perder o direito aos incentivos e enfrentar penalidades fiscais.

2. Benefícios Concedidos

Dedução do Imposto de Renda (IRPJ), Percentuais de dedução e como aplicá-los, Redução das Contribuições para PIS/Pasep e Cofins, Alíquotas reduzidas e suas implicações, Isenção de IPI, Condições para a isenção e bens que podem ser adquiridos.

Segundo Souza (2016),a introdução da Lei do Bem representa um avanço significativo na política de inovação tecnológica no Brasil, ao proporcionar reduções fiscais substanciais para as empresas que investem em pesquisa e desenvolvimento, com o objetivo de melhorar a competitividade e a sustentabilidade da economia nacional.

Incentivos para Inovação, Como os benefícios podem ser utilizados para impulsionar projetos inovadores, Impacto Financeiro, Exemplos de economia tributária e reinvestimento dos recursos obtidos. O Art. 2º do Decreto nº 5.798/2006 estabelece as atividades que podem ser consideradas como pesquisa e desenvolvimento (PD&I) para fins de incentivos fiscais. Aqui estão os principais pontos e informações sobre essas atividades:

Pesquisa Básica e Aplicada:

Pesquisa Básica: Voltada para o avanço do conhecimento científico, sem uma aplicação imediata em mente.

Pesquisa Aplicada: Focada na aplicação prática do conhecimento para resolver problemas específicos.

Desenvolvimento Experimental:

Atividades que envolvem a concepção, a construção e o teste de protótipos, modelos ou processos novos ou melhorados.

Inovações Tecnológicas:

Criação ou aperfeiçoamento de produtos e processos que trazem um avanço significativo em relação ao que já existe no mercado.

Atividades de Projeto e Engenharia:

Envolvem o planejamento e a execução de projetos que visam a inovação e a melhoria contínua.

Desenvolvimento de Software:

Projetos que envolvem a criação de softwares novos ou melhorias em sistemas existentes, desde que tenham impacto na inovação.

Requisitos:

Documentação: As empresas devem manter registros detalhados das atividades de PD&I, incluindo relatórios de pesquisa, despesas relacionadas e resultados obtidos.

Relevância: As atividades devem ter impacto significativo na inovação e na competitividade da empresa.

Incentivos Fiscais:

Essas atividades, se atendidas os critérios estabelecidos, permitem que as empresas se beneficiem de incentivos como:

Dedução no Imposto de Renda (IRPJ).

Redução nas contribuições para PIS/Pasep e Cofins.

Isenção do IPI para bens adquiridos exclusivamente para PD&I.

Esses incentivos são uma forma de estimular o investimento em inovação e tecnologia no Brasil.

1. Processo de Solicitação

Como Submeter Projetos: Passo a passo para apresentar a solicitação de benefícios, Prazos e Procedimentos, Informações sobre prazos de entrega e requisitos adicionais, Acompanhamento da Solicitação, Orientações sobre como monitorar o status do pedido junto à Receita Federal.

2. Casos de Sucesso

Exemplos de Empresas Beneficiadas: Estudos de caso de empresas que aproveitaram a Lei do Bem com sucesso, Impacto nos Negócios, Análise de como os incentivos fiscais contribuíram para o crescimento e inovação.

3. Considerações Finais

Importância da Inovação, Reflexão sobre o papel da inovação na competitividade das empresas, Atualizações da Legislação, Sugestões para acompanhar mudanças na legislação e novas oportunidade

3.1.3 SOLICITAÇÃO DOS BENEFÍCIOS E COMPROVAÇÃO DAS ATIVIDADES

Quando decidi explorar os benefícios oferecidos pela Lei do Bem, percebi o quanto as empresas podem se benefíciar de incentivos físcais ao investir em pesquisa e desenvolvimento. A jornada de solicitar esses benefícios, no entanto, pode ser complexa e repleta de detalhes que exigem atenção cuidadosa. Neste guia, compartilho um passo a passo sobre como preparar a documentação necessária, como comprovar as atividades de PD&I e, é claro, como acompanhar os prazos críticos para não perder essas oportunidades valiosas. Ao longo do texto, espero facilitar o entendimento sobre o processo e destacar a importância de um suporte especializado, pois acredito que cada empresa tem o potencial de inovar e crescer quando bem orientada.

1. Como Solicitar os Benefícios

Preparação da Documentação: Listagem de documentos necessários (relatórios de P&D, comprovantes de despesas, etc.).

Passo a Passo da Solicitação: Instruções detalhadas sobre como preencher os formulários exigidos pela Receita Federal ;Orientações sobre a entrega da solicitação (presencial ou online).

Consultoria Especializada: Importância de contar com assessoria contábil ou jurídica para facilitar o processo.

Revisão dos Projetos: Dicas para garantir que os projetos atendam aos requisitos da Lei do Bem.

2. Como Fazer a Comprovação das Atividades de PD&I

Documentação de Projetos de P&D: Exemplos de relatórios técnicos e descrições de atividades que comprovem a execução dos projetos.

Registro de Gastos: Orientações sobre como documentar e categorizar despesas relacionadas a P&D (salários, insumos, equipamentos).

Relatórios e Auditorias: Importância de manter registros claros e organizados para possíveis auditorias.

Atualização Contínua:Como manter a documentação em dia e adaptada a novas exigências.

3. Prazos para Solicitar os Benefícios

Cronograma de Solicitação: Explicação dos períodos em que a solicitação deve ser feita (anualmente ou em relação ao período de exercício fiscal).

Datas Limite: Informações sobre prazos específicos para a entrega de documentos e formulários.

Consequências de Prazos Perdidos: O que acontece se a empresa não cumprir os prazos estabelecidos e possíveis alternativas.

Monitoramento de Prazos: Sugestões para as empresas acompanharem e se organizarem em relação aos prazos de solicitação

A Lei do Bem oferece diversos incentivos fiscais que podem trazer vantagens significativas para as empresas que realizam investimentos em P&D. Entre os principais benefícios, destacam-se: Este se enquadra no tópico de benefícios e requisitos

- **Dedução no Imposto de Renda (IRPJ)**: As empresas podem deduzir até 34% do valor aplicado em projetos de pesquisa e desenvolvimento diretamente do imposto de renda, resultando em uma economia tributária considerável.
- Redução nas Contribuições para PIS/Pasep e Cofins: As empresas têm a possibilidade de reduzir as alíquotas dessas contribuições sobre sua receita bruta, aumentando os recursos disponíveis para reinvestimento.

Isenção de IPI: Bens adquiridos exclusivamente para atividades de P&D podem ser isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), facilitando a compra de equipamentos e insumos essenciais para a inovação.

Ao longo deste guia, explorei os principais aspectos da Lei do Bem e como as empresas podem se beneficiar dela por meio de incentivos fiscais voltados para P&D. Aprendi que a preparação cuidadosa da documentação, o cumprimento dos prazos e a comprovação das atividades são passos cruciais para garantir esses benefícios. Além disso, percebi a importância de contar com consultoria especializada, que pode fazer toda a diferença na condução desse processo. Estou convencido de que, ao se organizarem e se manterem informadas, as empresas não apenas poderão maximizar seus investimentos em inovação, mas também contribuir para o avanço do setor como um todo. Inovar é um desafio, mas, com as ferramentas e o conhecimento adequados, é um caminho viável e recompensador.

3.1.4 ATIVIDADES DE PD&I

Atividades Regulamentadas pelo Art. 2º do Decreto nº 5.798/2006

PD&I: Refere-se ao conjunto de atividades que visam a pesquisa e o desenvolvimento de novos produtos, processos ou serviços, assim como a inovação. Essas atividades são essenciais para a competitividade e crescimento das empresas.

Decreto nº 5.798/2006: Este decreto regulamenta a Lei do Bem, que institui incentivos fiscais para empresas que realizam investimentos em P&D. O decreto estabelece as condições e critérios para que as atividades sejam reconhecidas como passíveis de benefício fiscal.

Art. 2º do Decreto: Este artigo define as atividades que são consideradas como pesquisa e desenvolvimento, bem como os requisitos que devem ser atendidos para que as empresas possam usufruir dos incentivos fiscais previstos na legislação.

Importância das Atividades Regulamentadas: O reconhecimento das atividades de PD&I permite que as empresas acessem deduções no Imposto de Renda, isenção de IPI e reduções nas contribuições para PIS/Pasep e Cofins, facilitando assim o investimento em inovação.

Benefícios Fiscais: Às atividades que atendem aos critérios do Decreto podem levar a uma economia tributária significativa, incentivando as empresas a investir mais em inovação.

A frase que você enviou menciona as "Atividades de PD&I" (Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação) e faz referência ao Art. 2º do Decreto nº 5.798/2006. Aqui estão algumas informações relevantes sobre isso:

PD&I: Refere-se ao conjunto de atividades que visam a pesquisa e o desenvolvimento de novos produtos, processos ou serviços, assim como a inovação. Essas atividades são essenciais para a competitividade e crescimento das empresas.

Decreto nº 5.798/2006: Este decreto regulamenta a Lei do Bem, que institui incentivos fiscais para empresas que realizam investimentos em P&D. O decreto estabelece as condições e critérios para que as atividades sejam reconhecidas como passíveis de beneficio fiscal.

Art. 2º do Decreto: Este artigo define as atividades que são consideradas como pesquisa e desenvolvimento, bem como os requisitos que devem ser atendidos para que as empresas possam usufruir dos incentivos fiscais previstos na legislação.

Importância das Atividades Regulamentadas: O reconhecimento das atividades de PD&I permite que as empresas acessem deduções no Imposto de Renda, isenção de IPI e reduções nas contribuições para PIS/Pasep e Cofins, facilitando assim o investimento em inovação.

Benefícios Fiscais: Às atividades que atendem aos critérios do Decreto podem levar a uma economia tributária significativa, incentivando as empresas a investir mais em inovação.

O artigo 2º do Decreto nº 5.798/2006 define as atividades que as pessoas jurídicas podem considerar para fins de aplicação dos incentivos previstos na Lei do Bem. As atividades regulamentadas são

Pesquisa Básica

Conceito: Envolve investigações científicas realizadas com o objetivo de aumentar o conhecimento em áreas específicas, sem uma aplicação prática imediata. Essa pesquisa busca entender fenômenos e princípios fundamentais, formando a base para inovações futuras.

Pesquisa Aplicada

Conceito: Refere-se a estudos que visam desenvolver novos produtos, processos ou serviços com base no conhecimento existente. Ao contrário da pesquisa básica, a pesquisa aplicada tem um foco mais direto na solução de problemas práticos e na criação de inovações.

Desenvolvimento Experimental

Conceito: Consiste na realização de experimentos e testes com o objetivo de aperfeiçoar ou validar produtos, processos ou serviços. Essa fase é crucial para transformar ideias em protótipos viáveis, garantindo que as inovações sejam tecnicamente e comercialmente viáveis.

Criação de Tecnologias

Conceito: Envolve o desenvolvimento de novas tecnologias ou a melhoria significativa de tecnologias existentes. Essa atividade é essencial para empresas que buscam se destacar no mercado, permitindo a introdução de soluções inovadoras que atendam às demandas dos consumidores.

Desenvolvimento de Produtos e Processos

Conceito: Refere-se ao projeto e à implementação de novos produtos ou processos que possam trazer melhorias funcionais ou eficiência. Esta atividade é fundamental para o fortalecimento da competitividade da empresa, proporcionando vantagens em relação aos concorrentes.

Capacitação e Treinamento de Recursos Humanos

Conceito: Envolve a formação e o desenvolvimento de competências de funcionários que atuarão em atividades de P&D. Investir em capacitação é vital para garantir que a equipe esteja preparada para enfrentar os desafios da inovação e da pesquisa.

Considerações Finais

Essas atividades são fundamentais para que as empresas possam se beneficiar dos incentivos fiscais previstos na Lei do Bem. A compreensão clara de cada uma delas permite que as organizações planejem suas iniciativas de inovação de maneira eficaz, alinhando seus projetos aos requisitos legais e maximizando os benefícios disponíveis.

3.1.5 EXEMPLOS DE PD&I NA PRÁTICA

Desenvolvimento de Novos Produtos:

Exemplo: Uma empresa de alimentos que investe em pesquisa para criar uma linha de produtos sem glúten e sem lactose, utilizando ingredientes inovadores. Isso não apenas atende a uma demanda crescente por opções alimentares saudáveis, mas também melhora sua competitividade no mercado.

Melhorias em Processos de Produção

Exemplo: Uma indústria automobilística que implementa tecnologias de automação e inteligência artificial na linha de montagem, reduzindo custos e aumentando a eficiência. O investimento em desenvolvimento experimental para otimizar esses processos é uma atividade de PD&I.

Criação de Novas Tecnologias

Exemplo: Uma empresa de tecnologia que desenvolve um software de análise de dados utilizando algoritmos de machine learning. Esse projeto exige pesquisa aplicada e desenvolvimento experimental, com o objetivo de fornecer insights mais precisos para seus clientes.

Treinamento e Capacitação

Exemplo: Uma empresa farmacêutica que investe em programas de treinamento para seus pesquisadores, focando em novas metodologias de P & D. Esse investimento em capacitação é uma parte essencial para manter a equipe atualizada e preparada para inovações.

Quadro Comparativo



Aspectos	Com Utilização da Lei do Bem	Sem Utilização da Lei do Bem
Economia Fiscal	Dedução de até 34% do IRPJ, reduzindo a carga tributária.	Sem deduções, pagando a totalidade do IRPJ.
Redução em Contribuições	Reduções nas contribuições para PIS/Pasep e Cofins.	Contribuições calculadas sobre a receita bruta, sem benefícios.
Isenção de IPI	Isenção para aquisição de bens destinados a P&D.	Pagamento integral de IPI em compras de equipamentos.
Reinvestimento	Maior disponibilidade de recursos para reinvestir em novos projetos.	Menor capital disponível para inovação.
Capacitação e Desenvolvimento	Possibilidade de investir em capacitação de recursos humanos com menos impacto financeiro.	Limitações no orçamento para treinamentos e capacitação.
Competitividade no Mercado	Aumento da capacidade de inovar, melhor posicionamento no mercado.	Dificuldade em acompanhar as inovações do setor.
Acesso a Novas Tecnologias	Incentivo para a pesquisa em novas tecnologias, possibilitando melhorias contínuas.	Barreiras financeiras para investimentos em tecnologia.

Figura 1 - fonte os autores

Segundo Costa, L.F., a utilização da Lei do Bem proporciona uma série de vantagens que podem transformar a forma como as empresas realizam seus investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação. As empresas que aproveitam esses incentivos não apenas economizam recursos, mas também estão mais bem posicionadas para competir em um mercado em constante evolução.

Comparação dos Cenários no primeiro ano

Descrição	Antes	Depois
Receita Líquida	4.320.000,00	6.480.000,00
Lucro Bruto	1.320.000,00	2.280.000,00
Lucro Antes dos impostos	480.000,00	1.200.000,00
Lucro Líquido	316.800,00	831.600,00

Figura 2- fonte os autores

3.2 GESTÃO DE INVESTIMENTOS E RISCOS

CHARETTE (2003) define a gestão de riscos como "a arte de prever o imprevisível e preparar-se para o inesperado", destacando sua importância no enfrentamento de desafios e incertezas nas organizações

A gestão de riscos envolve diversas etapas, como:

Identificação de Riscos: Reconhecimento de potenciais ameaças e vulnerabilidades.

Avaliação: Análise da probabilidade e impacto de cada risco.

Priorização: Classificação dos riscos conforme sua severidade.

Mitigação: Desenvolvimento de estratégias para reduzir ou eliminar riscos.

Assim, uma boa gestão de riscos não apenas protege a organização, mas também pode criar oportunidades para inovações e melhorias.

3.2.1 PROCESSO DE GERENCIAMENTO DE RISCO

A Multmax Selantes, ao desenvolver uma nova linha de produtos ecológicos e sustentáveis, deve implementar um robusto processo de gerenciamento de riscos. Esse processo é crucial para identificar, analisar e mitigar riscos que podem impactar o sucesso da nova linha.

Principais Fatores do Processo de Gerenciamento de Risco:

Identificação de Riscos: Avaliar riscos associados à produção de produtos sustentáveis, incluindo questões de suprimento, regulamentação e aceitação do mercado.

Análise de Riscos: Utilizar análises qualitativas e quantitativas para determinar a probabilidade e o impacto dos riscos identificados.

Tratamento de Riscos: Criar estratégias de mitigação, como pesquisa de mercado para entender a demanda e parcerias com fornecedores sustentáveis.

Monitoramento e Revisão: Avaliar continuamente o desempenho da nova linha de produtos e ajustar as estratégias conforme necessário.

Categorias de Riscos:

Risco Operacional: Problemas na cadeia de suprimentos, custos de produção e qualidade dos materiais.

Risco de Mercado: Aceitação dos produtos ecológicos pelo consumidor e competição no mercado.

Risco Legal: conformidade com regulamentações ambientais e normas de sustentabilidade.

Risco Financeiro: Investimentos iniciais necessários e retorno sobre esses investimentos.

3.2.2 MATRIZ DE RISCO

A matriz de risco é uma ferramenta que ajuda a visualizar e priorizar riscos com base em sua probabilidade de ocorrência e impacto no negócio.

Conceito da Matriz de Risco:

- **Eixos da Matriz**: O eixo X representa a probabilidade de ocorrência (baixa, média, alta) e o eixo Y representa o impacto (baixo, médio, alto).
- Classificação de Riscos: Os riscos são classificados em diferentes categorias, facilitando a priorização.

Matriz de Risco

MATRIZ DE RISCO

	Alta	6	3	1
Probabilidade	Médio	8	4	2
	Baixo	9	7	5
		Insignificante	Médio	Critico
		Impacto		

Figura 3 - fonte próprios autore

Legenda Matriz de Risco

1	Risco de Marketing: Falta de estratégias eficazes de divulgação, resultando em baixa visibilidade do produto.	
2	Risco de Mercado: Baixa aceitação do produto ecológico pelo consumidor.	
3	Risco Legal: Não conformidade com regulamentações ambientais, resultando em multas.	
4	Risco Financeiro: Aumento inesperado nos custos de produção, reduzindo a margem de lucro.	
5	Risco Tecnológico: Problemas de qualidade no desenvolvimento do produto, afetando a reputação da marca.	
6	Risco de Concorrência: Entradas de novos concorrentes no mercado com produtos similares.	
7	Risco Operacional: Ineficiências nos processos internos de produção ou distribuição, levando a atrasos e custos adicionais.	
8	Risco de Fornecedores: Dependência de fornecedores específicos que podem falhar em entregar a tempo.	
9	Risco de Reputação: Críticas negativas nas mídias sociais.	

Figura 4 - fonte os autores

Ações de mitigação para cada um dos riscos mencionados

1. Risco de Marketing

Ação de Mitigação: Desenvolver um plano de marketing abrangente que inclua pesquisa de mercado, segmentação de público e estratégias de comunicação eficazes. Utilize redes sociais, influenciadores e campanhas de conscientização para aumentar a visibilidade.

2. Risco de Mercado

Ação de Mitigação: Realizar pesquisas de mercado para entender as percepções dos consumidores sobre produtos ecológicos. Desenvolver programas de educação e conscientização que destaquem os benefícios ambientais e a eficácia do produto.

3. Risco Legal

Ação de Mitigação: Consultar especialistas em regulamentações ambientais e realizar auditorias regulares para garantir conformidade. Manter-se atualizado sobre mudanças nas legislações e adaptar processos conforme necessário.

4. Risco Financeiro

Ação de Mitigação: Implementar um controle financeiro rigoroso e realizar análises de custo regularmente. Criar um fundo de contingência para cobrir aumentos inesperados de custo e revisar contratos com fornecedores para garantir preços fixos.

5. Risco Tecnológico

Ação de Mitigação: Estabelecer um rigoroso controle de qualidade durante o desenvolvimento do produto. Realizar testes abrangentes antes do lançamento e coletar feedback de usuários iniciais para fazer ajustes rapidamente.

6. Risco de Concorrência

Ação de Mitigação: Monitorar continuamente o mercado e a concorrência. Inovar constantemente, melhorando o produto ou oferecendo serviços adicionais. Criar uma proposta de valor única que destaque os diferenciais do produto em relação à concorrência.

7. Risco Operacional

A ação de mitigação para o Risco Operacional consiste em otimizar processos internos por meio de auditorias, treinamento das equipes, diversificação de fornecedores, automação de sistemas e elaboração de planos de contingência, visando garantir eficiência, reduzir falhas e melhorar a continuidade da produção.

8. Risco de Fornecedores

Ação de Mitigação: Diversificar a base de fornecedores para reduzir a dependência de um único fornecedor. Estabelecer contratos claros com penalidades por descumprimento e manter relacionamentos de longo prazo com fornecedores confiáveis.

9. Risco de Reputação

Ação de Mitigação: Monitorar ativamente as mídias sociais e implementar um plano de resposta a crises. Responder rapidamente a críticas e feedbacks negativos, demonstrando compromisso com a melhoria e com a satisfação do cliente.

Essas ações de mitigação podem ajudar a reduzir a probabilidade e o impacto dos riscos, contribuindo para o sucesso e a sustentabilidade do produto no mercado.

3.2.3 LEI DO BEM

A Lei do Bem oferece incentivos fiscais para empresas que investem em pesquisa e desenvolvimento. A Multmax Selantes pode se beneficiar ao desenvolver produtos sustentáveis, alinhando-se a políticas de inovação.

Antes da Implantação:

- Riscos associados à incerteza do retorno sobre os investimentos em P&D.
- Carga tributária alta, limitando investimentos em inovação.

Depois da Implantação:

- Possibilidade de deduzir parte dos investimentos em inovação, reduzindo a carga tributária.
- Aumento da capacidade de investimento em novas tecnologias e processos sustentáveis.

1. DRE Antes do Investimento/ Projetada em (R\$)

Descrição	Valor Atual	Projetada
Receita Bruta	4.800.000,00	7.200.000,00
(-) Deduções de Vendas	480.000,00	720.000,00
Receita Líquida	4.320.000,00	6.480.000,00
(-) Custos dos produtos vendidos	3.000.000,00	4.200.000,00
Lucro Bruto	1.320.000,00	2.280.000,00
(-) Despesas Operacionais	840.000,00	1.080.000,00
Lucro Antes dos Impostos	480.000,00	1.200.000,00
Beneficio da Lei do Bem 60% exclusão com investimento de P&D	-	60.000,000
(-) Impostos (34%)	163.200,00	428.040,00
Lucro Líquido	316.800,00	831.600,00

Figura 5 : fonte os autores

Suposições:

Investimento em P&D: R\$ 100.000,00

• Ganho esperado com a nova linha: R\$ 2.400.000,00

Os benefícios concedidos por meio do art. 19 da Lei 11.196/2005 incluem:

Dedução da soma dos dispêndios de custeio nas atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação – PD&I no cálculo do IRPJ e CSLL, nos seguintes percentuais:

Até 60%, via exclusão.

O ganho esperado foi baseado levando em consideração que a empresa hoje vende da sua linha em torno de 20.000 mil tubo de selantes, há R\$14.90 ,se a empresa passar a vender metade do que já vende hoje da linha nova de produtos no valor de R\$19,90, vai obter uma ganho em torno de R\$200.000,00 ao mês.

Comparação dos Cenários no primeiro ano

Descrição	Antes do Investimento	Depois do Investimento
Receita Líquida	4.320.000,00	6.480.000,00
Lucro Bruto	1.320.000,00	2.280.000,00
Lucro Antes dos impostos	480.000,00	1.200.000,00
Lucro Líquido	316.800,00	831.600,00

Figura 6: fonte os autores

A diferença de lucro líquido de R\$514.800,00 entre os cenários antes e depois do investimento evidencia um impacto positivo significativo na performance financeira da empresa. Esse aumento expressivo no lucro líquido demonstra que o investimento não apenas ampliou a receita, mas também melhorou a eficiência operacional e a capacidade de geração de lucro.

Ou seja, a diferença de lucro revela que o investimento foi uma decisão acertada, gerando um retorno considerável e fortalecendo a posição da empresa no mercado. Essa tendência positiva sugere que, ao continuar a focar em melhorias e inovações, a empresa poderá sustentar e até expandir esses ganhos no futuro.

Vamos calcular o VPL para 5 anos utilizando a taxa SELIC de 10,75,% (ou 0,1075).

Dados

Investimento Inicial (C₀): R\$ 100.000
 Taxa de Desconto (i): 10,75% ou 0,1075

• Período: 5 anos

ANO	FLUXO DE CAIXA DESCONTADO (R\$)	VPL
1	90.293,45	9.706,55
2	81.529,08	18.470,92
3	73.615,42	26.384,58
4	66.469,91	33.530,09
5	60.017,97	39.982,03
		R\$ 128.074,17

Figura 7: fonte os autores

Resultado Final do VPL

O VPL total após 5 anos é **R\$128.074,17**. Isso indica que o investimento gera um retorno positivo e é viável.

Conclusão

Então tanto o aumento do lucro líquido quanto o VPL positivo indicam que o investimento foi uma decisão acertada. O aumento de R\$514.800,00 no lucro líquido destaca a eficácia imediata do investimento na melhoria das operações, enquanto o VPL de R\$128.074,17 assegura que o projeto é financeiramente viável e sustentável a longo prazo. Portanto, ambos os indicadores são cruciais, e juntos fornecem uma visão abrangente do sucesso do investimento. A empresa deve continuar a focar em estratégias que promovam tanto o aumento de receita quanto a geração de valor ao longo do tempo.

3.3 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E BUSINESS INTELLIGENCE

Um dashboard (ou painel de controle) é uma ferramenta visual que compila e apresenta dados relevantes de forma clara e acessível, permitindo que as empresas e organizações monitorem seu desempenho e tomem decisões informadas. Segundo Dresner (2010), um dashboard é uma ferramenta visual que organiza dados de maneira acessível, ajudando na análise de desempenho e nas tomadas de decisão. Aqui estão algumas razões que destacam a importância de um dashboard:

1. Visualização Clara de Dados

- Interpretação Rápida: Dashboards transformam dados complexos em representações visuais, como gráficos e tabelas, facilitando a compreensão das informações.
- Identificação de Tendências: Permitem visualizar padrões e tendências ao longo do tempo, ajudando na análise de desempenho.

2. Monitoramento em Tempo Real

- Acompanhamento Contínuo: Com dados atualizados em tempo real, os gestores podem monitorar indicadores-chave de desempenho (KPIs) e identificar rapidamente quaisquer desvios ou problemas.
- Reação Ágil: A capacidade de reagir rapidamente a mudanças nos dados pode melhorar a eficiência operacional e a tomada de decisões.

3. Tomada de Decisões Informadas

- Base de Dados para Decisões: Um dashboard fornece uma visão integrada das operações,
 permitindo que os gestores tomem decisões fundamentadas com base em dados concretos.
- Avaliação de Resultados: Facilita a avaliação dos resultados de estratégias implementadas, ajudando a identificar o que está funcionando e o que precisa ser ajustado.

4. Comunicação Eficaz

- **Transparência**: Um dashboard serve como um ponto de referência comum para toda a equipe, promovendo a transparência em relação aos objetivos e resultados.
- **Relatórios Simplificados**: Facilita a comunicação de informações importantes entre diferentes departamentos e níveis hierárquicos.

5. Personalização e Flexibilidade

- Adaptabilidade: Dashboards podem ser personalizados para atender às necessidades específicas de diferentes usuários ou departamentos, focando nos KPIs mais relevantes para cada área.
- Integração de Dados: Podem integrar informações de várias fontes, proporcionando uma visão holística do desempenho da empresa.

6. Aumento da Produtividade

- Foco em Resultados: Com informações facilmente acessíveis, os colaboradores podem concentrar seus esforços nas áreas que precisam de atenção, aumentando a produtividade.
- Eliminação de Desperdícios: A identificação de ineficiências por meio de dados visualizados pode levar à otimização de processos e redução de custo

A implementação de um dashboard é uma estratégia eficaz para qualquer organização que busca aprimorar sua gestão e desempenho. Ao oferecer uma visualização clara e acessível dos dados, um dashboard capacita os líderes a tomar decisões informadas e ágeis, promove a transparência e, em última análise, contribui para o sucesso e crescimento sustentável da empresa.

3.3.1 DASHBOARD



Figura 8 - fonte os autores

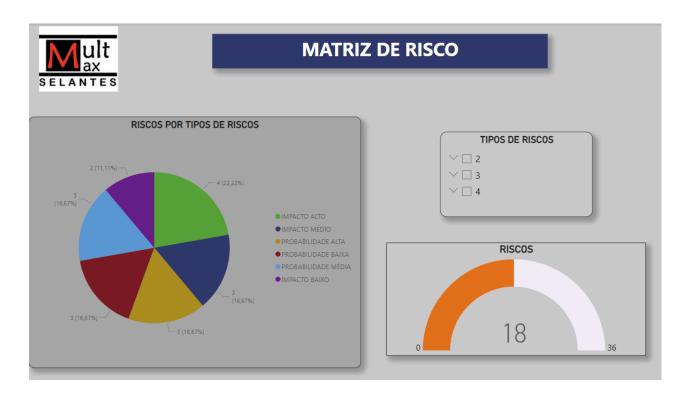


Figura 9- fonte os autores

3.3.2 ANALISANDO O DASHBOARD

A DRE comparativa (Demonstração do Resultado do Exercício Comparativa) conseguimos analisar que o investimento sugerido para a empresa Multmax Selantes, é muito compensador, já que supondo que a empresa lançará um novo produto sustentável no mercado, além de estar ajudando o meio ambiente ela também será pioneira, fazendo que suas vendas aumente consideravelmente. Essa análise comparativa é essencial não apenas para os gestores da empresa, mas também para investidores. Através da DRE comparativa, é possível avaliar o crescimento, a lucratividade e a eficiência operacional da empresa, quando é visto o crescimento das vendas com o novo produto.

Já quando se analisa o dashboard da Matriz de risco, conseguimos ver os 9 principais ricos que aparecem ao fazer esse investimento e também a classificação de cada um, fazendo com que os gestores possam tomar decisões mais assertivas,

3.4 TÓPICOS ESPECIAIS EM ADMINISTRAÇÃO

A Lei do Bem (Lei nº 11.196/2005) é uma importante legislação brasileira que visa incentivar a inovação tecnológica nas empresas. Ela proporcionou mudanças significativas e estimulou as empresas que trabalham enquadradas em regime de tributação de Lucro Real a investirem em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I), impulsionando assim o crescimento econômico do Brasil, o aumento da competitividade e a modernização de novas empresas no mercado. Trata-se de um dos principais incentivos de políticas públicas à inovação tecnológica em nosso país e tem como objetivo mudar o cenário de pesquisa através de incentivos fiscais para essas empresas. Neste tópico, o estudante deverá fazer uma breve.

Atividade de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) é um conjunto de ações fundamentais para o avanço tecnológico e a competitividade das empresas e países. Tem uma enorme importância para o crescimento das empresas e do país. Segundo Santos, 2019,A pesquisa e desenvolvimento são fundamentais para o crescimento sustentável das empresas e para a competitividade em um mercado globalizado

Vamos detalhar cada componente:

1. Pesquisa

A pesquisa é a fase inicial e envolve a investigação de novos conhecimentos. Ela pode ser básica ou aplicada.

Pesquisa Básica: Focada na geração de conhecimento sem uma aplicação imediata em mente. O objetivo é entender fenômenos e ampliar a base de conhecimento.

Pesquisa Aplicada: Direcionada a resolver problemas específicos e utilizar o conhecimento adquirido para criar novos produtos, processos ou serviços.

2. Desenvolvimento

O desenvolvimento se refere à aplicação prática dos conhecimentos obtidos na pesquisa. Essa fase inclui:

Desenvolvimento de Produtos: Criar novos produtos ou melhorar os existentes com base nas descobertas da pesquisa.

Processos de Produção: Aprimorar e inovar processos produtivos, buscando eficiência, qualidade e redução de custos.

3. Inovação:Inovação é a implementação de novas ideias, produtos ou processos no mercado. Ela pode ser classificada em diferentes tipos:

Inovação de Produto: Introdução de bens ou serviços novos ou significativamente melhorados.

Inovação de Processo: Implementação de métodos de produção ou entrega novos ou significativamente aprimorados.

Inovação Organizacional: Novas práticas organizacionais que melhoram a eficiência ou a eficácia da empresa. Segundo Porter,1990, a inovação é o motor do progresso econômico, permitindo que as empresas não apenas sobrevivam, mas prosperem em um ambiente de negócios em constante.

Apesar de sua importância, as atividades de PD&I enfrentam desafios, no qual as empresas precisam se atentar para que não coloque em risco o futuro da empresa, segue abaixo alguns deles:

Financiamento: O alto custo e os riscos associados à pesquisa e desenvolvimento podem desestimular investimentos.

Gestão de Riscos: Incertezas sobre o retorno dos investimentos em P&D dificultam a alocação de recursos.

Integração de Conhecimentos: A colaboração entre diferentes áreas do conhecimento é crucial, mas muitas vezes difícil de implementar. Segundo Chesbrough, 2003, embora a pesquisa e o desenvolvimento sejam cruciais para a inovação, o financiamento e a gestão de riscos continuam sendo desafios significativos que as empresas enfrentam.

Em resumo, as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação são essenciais para impulsionar a tecnologia e o crescimento econômico, mas requerem um ambiente propício e investimentos adequados para florescer.

3.4.1 AVALIANDO AS APTIDÕES DA EMPRESA

Este relatório tem como objetivo analisar a empresa Multmax Selantes Ltda se está apta a utilizar dos benefícios da Lei do Bem, assim examinando suas atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I), além de sua situação tributária.

No caso da empresa Multmax Selantes, para que consiga se beneficiar desse programa governamental, terá que fazer alguns ajustes tributários, ou seja, mudar do regime que se encontra no momento, que é o Simples Nacional e ir para o regime de Lucro Real. Para isso serão feitas as análises para comparativo da empresa para uma melhor tomada de decisão.

Requisitos da Lei do Bem

Para que a empresa possa se beneficiar da Lei do Bem, deve atender aos seguintes critérios:

Regime de Tributação: A empresa deve estar registrada sob o regime de Lucro Real.

Lucro Fiscal: É necessário que a empresa apresente lucro fiscal no ano da solicitação.

Regularidade Fiscal: Deve ter regularidade fiscal comprovada junto às autoridades competentes.

Investimentos em PD&I: A empresa deve realizar investimentos em pesquisa e desenvolvimento de inovações tecnológicas no Brasil.

Segue abaixo alguns motivos para uma empresa fazer investimentos na lei do bem:

Objetivos

Estimular a Inovação: Promover investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) por meio de incentivos fiscais.

Aumentar a Competitividade: Auxiliar empresas a se tornarem mais competitivas no mercado, especialmente em setores de alta tecnologia.

Incentivos Fiscais

Dedução do Imposto de Renda: As empresas podem deduzir até 34% dos gastos com P&D da base de cálculo do imposto de renda.

Redução de IPI: Produtos utilizados em P&D podem ter redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Isenção de Impostos: Algumas empresas podem se beneficiar de isenções de tributos sobre a compra de bens e insumos relacionados à inovação.

Beneficiários

Micro e Pequenas Empresas: A lei também oferece beneficios a empresas de menor porte, incentivando a inovação em diversos níveis de mercado.

Setores Diversos: Embora o foco seja em tecnologia e inovação, empresas de várias áreas, como agricultura, saúde e manufatura, podem se beneficiar.

Requisitos

Projetos de P&D: As empresas precisam comprovar que os gastos estão diretamente relacionados a projetos de pesquisa, desenvolvimento ou inovação tecnológica.

Documentação: A legislação exige que as empresas mantenham documentação adequada para justificar os benefícios fiscais recebidos.

Resultados

Aumento de Investimentos: Desde a implementação, a lei tem contribuído para o aumento dos investimentos em inovação no Brasil, embora haja desafios na burocracia e na conscientização sobre os benefícios.

A Lei do Bem é, portanto, uma ferramenta importante para promover um ambiente mais favorável à inovação e ao desenvolvimento tecnológico no Brasil, ajudando as empresas a se adaptarem às demandas do mercado global.

A empresa que escolhemos faz parte do regime tributário Simples Nacional, porém o objetivo é fazer com que ela entenda todos os benefícios que terá mudando para o regime Lucro Real e usufruindo da Lei do Bem com desenvolvimento e inovação de novos produtos.

Ao pensarmos nas inovações que a empresa pode desenvolver, uma das principais seria a criação interna de novos produtos, pensando na sustentabilidade, segue algumas ideias e explicações pensadas.

Os selantes à base de poliuretano têm passado por várias inovações nos últimos anos, impulsionadas pela demanda por soluções mais eficientes e sustentáveis. Aqui estão algumas tendências e avanços importantes:

Formulações Sustentáveis: Muitas empresas estão desenvolvendo selantes à base de poliuretano que utilizam matérias-primas renováveis, reduzindo a pegada de carbono. Essas formulações buscam minimizar o uso de solventes e compostos orgânicos voláteis (COVs).

Melhorias na Adesão: Novas tecnologias têm aprimorado a adesão em superfícies variadas, incluindo materiais difíceis, como plásticos e metais, ampliando o uso em aplicações industriais e de construção.

Tempo de Cura Rápido: Inovações têm reduzido o tempo de cura, permitindo aplicações mais rápidas em projetos, o que é particularmente benéfico na construção e na montagem de componentes.

Resistência Aumentada: Melhorias nas propriedades mecânicas, como resistência a impactos e à abrasão, têm sido introduzidas, o que torna os selantes mais duráveis e eficazes em condições adversas.

Variedades Coloridas e Transparente: A capacidade de produzir selantes em diferentes cores e versões transparentes tem sido uma inovação importante, permitindo uma melhor estética em acabamentos e aplicações visíveis.

Resistência a UV e Agentes Químicos: Muitos novos produtos oferecem maior resistência à degradação por luz UV e a produtos químicos, o que é essencial para aplicações externas e em ambientes industriais.

Aplicações Específicas: Surgem selantes formulados para aplicações específicas, como na construção de veículos, aquários, e até na indústria médica, atendendo a requisitos rigorosos de desempenho e segurança.

Essas inovações têm ampliado o uso de selantes de poliuretano em diversos setores, aumentando a eficiência, a durabilidade e a sustentabilidade das construções e produtos

3.4.2 VERIFICAÇÃO DE INICIATIVAS DE PD&I PARA UTILIZAÇÃO DOS BENEFÍCIOS DA LEI DO BEM.

Para uma empresa de selantes, o investimento em inovação e tecnologia não é apenas uma estratégia de crescimento, mas uma necessidade para se manter competitiva, sustentável e relevante no mercado, com isso a empresa Multmax Selantes pode inovar em vários como:

Selantes Ecológicos

Produtos Naturais: Desenvolver selantes a partir de materiais renováveis e sustentáveis.

Selantes com Baixa Emissão: Criar produtos com poucos ou nenhum composto orgânico volátil, tornando-os mais seguros.

Avanços Tecnológicos

Selantes Inteligentes: Integrar sensores que detectam vazamentos e mudam de cor para sinalizar problemas.

Aplicação Automática: Projetar ferramentas que automatizam a aplicação, garantindo consistência e eficiência.

Uso Diversificado

Selantes Universais: Criar produtos que possam ser utilizados em vários materiais e condições, minimizando a necessidade de diferentes opções.

Isolantes Térmicos e Acústicos: Desenvolver selantes que também ofereçam proteção contra calor e som.

Embalagens Sustentáveis

Embalagens Ecológicas: Utilizar materiais que podem ser reciclados ou reutilizados, reduzindo o impacto ambiental.

Dosagem Facilmente Controlada: Criar embalagens que permitam uma aplicação precisa, evitando desperdícios.

Para que isso tudo ocorra, a empresa tem que ter vários processos e estruturas implantados, para que todos os envolvidos saibam a direção correta a percorrer. O desenvolvimento de novas tecnologias em uma empresa do ramo de selantes pode ser alcançado através de várias estratégias e abordagens.

Suporte e Educação

Tutoriais Visuais: Oferecer vídeos e guias online que ajudem os clientes a escolher e usar os produtos corretamente.

Apoio Técnico: Disponibilizar consultoria especializada para ajudar na seleção do selante adequado.

Inovação em P&D

Colaborações com Instituições: Trabalhar com universidades para desenvolver novas tecnologias e formulações.

Laboratório Itinerante: Criar um laboratório que possa visitar clientes para testes e demonstrações.

Certificações

Certificações de Sustentabilidade: Obter selos que garantam a segurança e a sustentabilidade dos produtos, aumentando a credibilidade.

Ampliação da Linha de Produtos

Exploração de Novos Setores: Investir em produtos voltados para áreas como construção sustentável e automotiva.

Coleta de Feedback

Plataformas de Avaliação: Criar espaços para que os clientes compartilhem suas opiniões e experiências, guiando inovações futuras.

As pesquisas desempenham um papel fundamental no desenvolvimento de tecnologias em empresas do ramo de selantes, tornando os produtos mais confiáveis e encontrando produtos nos quais torna a empresa mais competitiva

Aqui estão alguns aspectos importantes sobre como conduzir pesquisas eficazes:

Tipos de Pesquisa

Pesquisa Básica: Focada na geração de conhecimento fundamental sobre propriedades químicas, físicas e mecânicas dos materiais usados nos selantes. Essa pesquisa pode abrir novas possibilidades de formulação.

Pesquisa Aplicada: Direcionada para resolver problemas específicos da indústria, como a melhoria de características de desempenho dos selantes, resistência a intempéries, adesão em diferentes superfícies, etc.

A modalidade de pesquisa básica experimental é uma das opções para se beneficiar da Lei do Bem. Nesse tipo de pesquisa, as empresas podem realizar experimentos e estudos para explorar novas ideias e conceitos sem a necessidade de desenvolver produtos ou serviços específicos imediatamente. São projetos desenvolvidos pela empresa que são muito mais de ordem teórica do que empírica.

Em linhas gerais, o mesmo está voltado, especialmente, para o estudo de fenômenos com o objetivo principal de elaborar novos conhecimentos a respeito deles, sendo, de fato, mais amplo e subjetivo.

Pesquisa aplicada

A Lei do Bem (Lei nº 11.196/2005) é uma legislação brasileira que incentiva empresas a investir em pesquisa e desenvolvimento (P&D) por meio de benefícios físcais. Este relatório examina como uma empresa de selantes pode aproveitar essa lei para impulsionar a inovação e a competitividade.

Estrutura da Empresa Multmax Selantes

A empresa atua no setor químico, desenvolvendo selantes para diversas aplicações, como construção civil, automotiva e industrial. O foco em inovação é essencial para aprimorar a qualidade dos produtos e atender às demandas do mercado.

Com uma linha de produtos novos a empresa sai na frente ganhando o mercado e fazendo a sua marca ficar mais conhecida e fidelizando vários mercados existentes no setor.

Aplicação da Lei do Bem

Identificação de Projetos Elegíveis:

Desenvolvimento de novos selantes com propriedades melhoradas (ex.: resistência a altas temperaturas, maior durabilidade).

Pesquisa de materiais alternativos e sustentáveis para a formulação de selantes.

Criação de processos produtivos mais eficientes e menos poluentes.

Registro e Documentação:

Manter registros detalhados das atividades de P&D.

Documentar os custos relacionados a projetos elegíveis, incluindo salários, insumos e despesas gerais.

Cálculo dos Beneficios Fiscais:

A empresa pode deduzir até 34% do imposto de renda devido em relação aos gastos com P&D.

É essencial que os custos sejam comprovados para garantir a elegibilidade.

Inovação Contínua:

Estabelecer um ciclo contínuo de inovação, promovendo a pesquisa não apenas em novos produtos, mas também em melhorias nos existentes.

Resultados Esperados

Aumento do Investimento em P&D: Com os incentivos, a empresa pode destinar mais recursos à inovação, ampliando sua linha de produtos.

Melhoria na Qualidade dos Produtos: Novas formulações e processos podem resultar em produtos superiores, aumentando a satisfação do cliente.

Redução de custos: A dedução fiscal permite uma alocação mais eficiente de recursos financeiros, possibilitando investimentos em outras áreas essenciais da empresa.

Desafios

Burocracia: O processo para obter os benefícios pode ser complexo e exigir conhecimento técnico.

Avaliação de Projetos: É fundamental que os projetos sejam avaliados adequadamente para garantir que atendam aos critérios da lei.

A aplicação da Lei do Bem representa uma oportunidade valiosa para a empresa se destacar no mercado por meio da inovação. Aproveitar os incentivos fiscais não apenas reduz custos, mas também posiciona a empresa como líder em tecnologia e qualidade. A adaptação e implementação contínuas de novas práticas de P&D serão essenciais para o sucesso a longo prazo.

Recomendações

Treinamento da Equipe: Capacitar a equipe sobre os requisitos da Lei do Bem e a importância da documentação.

Consultoria Especializada: Considerar a contratação de consultores para otimizar o processo de obtenção de incentivos.

Foco em Sustentabilidade: Investir em P&D voltado para a criação de produtos mais sustentáveis e ecoeficientes

A modalidade de pesquisa aplicada é outra opção para as empresas aproveitarem os benefícios da Lei do Bem. Nesse tipo de pesquisa, as empresas conduzem estudos com o objetivo de aplicar os conhecimentos científicos (a teoria) e tecnológicos (os recursos) em produtos, processos ou serviços específicos com o propósito de resolver um problema de forma prática e evidente.

3. Desenvolvimento experimental

A modalidade de Desenvolvimento Experimental é uma opção também para a empresa se beneficiar da Lei do Bem. Nesse tipo de pesquisa, as empresas conduzem atividades que têm como objetivo desenvolver novos produtos, processos ou serviços, ou aperfeiçoar os já existentes. É experimentar o novo, ou nova forma de fazer, sendo diferente da "Pesquisa básica fundamental" e da "Pesquisa aplicada" por seu um trabalho sistemático, podendo ser ele um produto, um processo, um sistema, mas que busca como objetivo a melhoria de itens ou serviços que já existem através da inovação. esse tem que ter um produto final.

No caso da Empresa Multmax Selantes, estará dentro desse requisito, já que estará desenvolvendo um novo produto para o mercado em que atua.

3.4.3 DIAGNÓSTICO DO ESTÁGIO DA EMPRESA E ADEQUAÇÕES

Atividades de PD&I:avaliar as iniciativas de pesquisa e desenvolvimento que a empresa já realiza. Isso inclui a análise de projetos em andamento, investimentos feitos e resultados obtidos. A empresa deve demonstrar um compromisso claro com a inovação, como o desenvolvimento de novos produtos ou melhorias significativas nos existentes.

Documentação e Registro: examinar a documentação relacionada às atividades de PD&I. É fundamental que a empresa mantenha registros detalhados de todos os projetos, incluindo objetivos, métodos, cronogramas e orçamentos. A falta de documentação adequada pode comprometer a elegibilidade para os incentivos fiscais.

Regularidade Fiscal:confirmar se a empresa está em dia com todas as obrigações tributárias, pois a regularidade fiscal é um requisito indispensável para solicitar os benefícios.

Cultura de Inovação:investigar se a inovação está integrada à cultura da empresa. A presença de patentes, parcerias com instituições de pesquisa e treinamentos voltados para inovação são sinais positivos.

Adequações Necessárias

Formalização de Projetos de PD&I:criar um processo formal para documentar os projetos de PD&I. É importante que os gestores estejam envolvidos desde o início para garantir que todas as informações relevantes sejam registradas.

Capacitação e Treinamento:Promover treinamentos sobre a Lei do Bem e suas exigências para a equipe. Isso inclui conscientizar os gestores sobre a importância da documentação e da prestação de contas ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

Acompanhamento e Relatórios:implementar um sistema para monitorar as atividades de PD&I e elaborar relatórios periódicos que documentem o progresso dos projetos. Isso facilitará a prestação de contas e garantirá que todas as informações necessárias estejam acessíveis.

Engajamento com Consultores:considerar a contratação de consultores especializados que possam ajudar na elaboração de propostas de projetos e na documentação necessária para pleitear os benefícios da Lei do Bem.

Buscar os beneficios da Lei do Bem vai além das vantagens fiscais; é uma oportunidade para a empresa fortalecer sua cultura de inovação. Ao promover práticas de PD&I, a empresa melhora sua competitividade e contribui para o desenvolvimento sustentável do setor industrial.

3.5 CONTEÚDO DA FORMAÇÃO PARA A VIDA: CRIANDO O NOVO

Neste conteúdo vamos abordar que,uma rotina planejada e organizada costuma ajudar na hora de criar algo novo, pois, ao planejar nosso dia, gastamos menos energia com as atividades cotidianas.

A energia que "sobra" pode então ser gasta com novas atividades e hábitos mais saudáveis que os praticados anteriormente. por outro lado, quando não temos uma rotina claramente traçada, desperdiçamos muito tempo e energia em coisas que não importam, enquanto gradualmente perdemos contato com as partes significativas e controláveis da nossa vida.

Geralmente nós jovens gostamos de tudo mais fácil, não gostamos de criar algo,gostamos de ficar na zona de conforto, mas criar é muito importante pois conhecer coisas novas e fazer coisas novas é sempre bom.

Na prática, isso envolve abraçar a experimentação, aprender com erros, e usar a criatividade para enfrentar desafios, promovendo um ambiente onde as pessoas se sintam seguras para voar mais alto e pensar fora dos padrões convencionais.

3.5.1 CRIANDO O NOVO

• **Tópico 1:** Design Thinking nos estudos e na profissão.

O Design Thinking é uma abordagem centrada no ser humano para a resolução de problemas, que se destaca tanto nos estudos quanto na prática profissional. Seu foco é entender as necessidades dos usuários e promover a inovação por meio de um processo criativo e colaborativo.

Nos Estudos:

Aprendizagem Ativa: O Design Thinking incentiva os alunos a serem protagonistas no aprendizado, estimulando a curiosidade e a exploração de ideias.

Interdisciplinaridade: Essa abordagem permite que estudantes de diferentes áreas colaborem, integrando conhecimentos diversos para soluções mais eficazes.

Metodologia Prática: Os alunos aprendem a prototipar e testar soluções, o que reforça a importância da experimentação e do feedback contínuo.

Na Profissão:

Solução de Problemas: Profissionais utilizam o Design Thinking para identificar e resolver desafios complexos de maneira inovadora, focando nas necessidades dos clientes.

Colaboração: Essa metodologia promove o trabalho em equipe e a troca de ideias, resultando em soluções mais robustas e criativas.

Foco no Usuário: No ambiente profissional, o Design Thinking enfatiza a empatia, ajudando a entender melhor o público-alvo e a criar produtos e serviços mais alinhados às suas expectativas.

Podemos então concluir que, o Design Thinking é uma ferramenta valiosa que transforma a maneira como alunos e profissionais abordam problemas, promovendo inovação, colaboração e uma profunda compreensão das necessidades humanas. Essa abordagem é essencial para se destacar em um mundo cada vez mais complexo e dinâmico.

Tópico 2: Há mil maneiras de pensar

O mundo está em constante mudança, com as tecnologias de comunicação eliminando fronteiras e permitindo a troca rápida de ideias. Embora as plataformas digitais conectem bilhões de pessoas, é essencial refletir sobre como estamos usando essa infraestrutura. Em uma era de competição global e fluxo de conhecimento, o capital humano é fundamental para transformar a realidade. As habilidades humanas devem ser desenvolvidas em paralelo aos avanços tecnológicos, sem perder de vista a importância das relações humanas nesse contexto.

Quantos cursos você já fez e quantos ainda são úteis para o seu trabalho? Estamos constantemente sendo desafiados a nos atualizar e aprender coisas novas, muitas das quais nem sabíamos que existiam. Um exemplo é o smartphone, uma tecnologia relativamente nova que hoje já supera, em número, a população do Brasil.

Se considerarmos o capital humano como a principal ferramenta para mudar o mundo, é essencial analisar cuidadosamente onde ele pode ser utilizado da melhor forma no vasto campo da tecnologia. Assim como o mundo é um ecossistema diverso, o mesmo ocorre com as equipes de trabalho, compostas por pessoas de diferentes áreas que colaboram de forma interdependente.

Inicialmente, a cooperação pode ser desafiadora, especialmente se nos deixarmos levar pela competitividade, que bloqueia a colaboração em torno de objetivos comuns. No entanto, ao superar essa barreira, nos conectamos melhor com o planeta e uns com os outros, o que nos torna capazes de tomar decisões inovadoras e transformadoras. Isso é chamado de desenvolvimento responsável, e pode ser exemplificado na prática em diversas áreas.

Das Partes Para o Todo

Quando vemos o mundo como um ecossistema, percebemos que, individualmente, também funcionamos de forma semelhante: somos complexos, mas conectados e inter relacionados. Estamos em constante transformação e desenvolvimento. Nosso cérebro, responsável por controlar todo o corpo, é tão complexo que, apesar dos avanços científicos e tecnológicos, ainda não entendemos completamente como ele opera ou se utilizamos todo o seu potencial.

As conexões e sinapses em nosso cérebro ocorrem constantemente e de maneira tão rápida que parecem automáticas. No entanto, até mesmo sensações como a fome são resultado de estímulos cerebrais, que surgem quando o corpo percebe a falta de nutrientes.

Um dos grandes mistérios da mente humana é o funcionamento da criatividade, que está ligado à nossa habilidade de conectar fatos, dados e ideias, transformando-os em algo novo e original. Essas informações vão sendo transformadas também de acordo com a vivência que cada ser humano vai passando ao decorrer da vida.

Pensando Linear

O pensamento linear nos permite relacionar elementos de forma simples, seguindo um padrão de causa e efeito que é fácil de identificar e compreensível em sua baixa complexidade.

Pensamento Sistêmico

Quando adotamos um pensamento sistêmico, conseguimos organizar nossas ideias ao reconhecer padrões e repetições, o que nos permite identificar e planejar as etapas de um processo criativo.

Pensamento Complexo

Além do pensamento linear e sistêmico, o pensamento complexo avança ao considerar a aleatoriedade, a incerteza e a imprevisibilidade, bem como a interconexão entre sujeito e objeto, que não podem ser separados.

Ao analisar nosso corpo e mente com atenção, podemos compreender:

- O funcionamento detalhado de suas partes de forma isolada;
- A maneira como nossos pensamentos moldam nossa identidade;
- Como agimos como seres inteiros;

• E como podemos utilizar essa complexidade em nossas atividades criativas diárias.

Modelo Mental e Crenças Limitantes

Agora que entendemos que o cérebro opera em diferentes níveis de complexidade, podemos focar nas características e sutilezas da mente, observando como os padrões de pensamento afetam diretamente nosso comportamento e as decisões que fazemos no dia a dia.

Os modelos mentais são fortemente influenciados pelo ambiente em que vivemos, atuando como dispositivos que padronizam nossas formas de pensar e reagir a estímulos externos. Esses padrões de pensamento automáticos são ativados quando tentamos explicar eventos que ocorrem no mundo, sejam fatos, sentimentos ou emoções.

A inveja surge quando a competitividade em uma equipe não é saudável, levando o grupo a não focar em sua evolução. Esse sentimento, que envolve o desejo pelo que pertence aos outros, pode transformar um processo criativo colaborativo em uma disputa de egos. Muitas vezes, essas crenças são simplistas e errôneas, como a ideia de que sempre haverá alguém invejoso no grupo ou que um membro se destacará às custas dos outros. Essas crenças limitantes podem ser bastante produtivas, mas muitas vezes ofuscam a força unificadora do interesse comum da equipe. É essencial analisar e desconstruir esse tipo de pensamento competitivo equivocado.

Para superar uma crença limitante, é fundamental promover um diálogo aberto e refletir internamente sobre nossos sentimentos e pensamentos. Evitar conclusões simplistas é crucial, pois elas podem converter boas parcerias em relações tóxicas.

Comunicação Interpessoal

A comunicação intrapessoal refere-se aos pensamentos que ocorrem dentro de nós. É através desse tipo de comunicação que processamos mentalmente as informações, o que, por sua vez, influencia como interagimos uns com os outros.

A impaciência, o julgamento e uma visão parcial de uma situação afetam a qualidade da comunicação interpessoal, tornando difícil a transmissão e compreensão eficaz das mensagens, como no caso de não entender uma metáfora.

Essa comunicação depende de vários fatores também, ao observar, ouvir e vivenciar o mundo e a comunicação interpessoal com atenção, conseguimos explorar novos caminhos mentais e formar percepções diferentes daquelas que tínhamos anteriormente.

Neste tema, analisamos como a tecnologia, apesar de nos fornecer ferramentas e acessos sem precedentes de forma quase instantânea, pode dificultar a comunicação e afastar pessoas que

estão fisicamente próximas. Isso ocorre devido à ilusão de estarmos constantemente conectados por meio de nossos dispositivos.

Aprendemos a refletir sobre nossa própria forma de pensar e, mais importante, sobre a maneira de pensar dos outros, pois é na diversidade que nossas oportunidades de aprendizado se ampliam. Agora, introduzimos o conceito de escuta ativa, que pode ser vista como uma ferramenta de cuidado. A escuta ativa nos ajuda a nos tornarmos mais empáticos e capacitados a resolver conflitos de maneira criativa, saudável e positiva, beneficiando tanto a nós mesmos quanto as pessoas ao nosso redor.

• **Tópico 3:** Criando asas

Criando asas sugere o desenvolvimento da capacidade de inovar e crescer. refere-se a incentivar a autonomia e a liberdade para experimentar novas ideias, ajudando pessoas e equipes a alcançar novas alturas em suas práticas.

Refere-se ao desenvolvimento da capacidade de inovar e tomar iniciativa, encorajando a autonomia e a criatividade. A ideia é permitir que pessoas ou equipes explorem novas possibilidades e rompam com limitações, experimentando novas ideias e abordagens. Esse processo envolve confiança, coragem para errar e aprender com os erros, promovendo o crescimento pessoal e profissional, como se "criássemos asas" para alcançar novos horizontes.

Na prática, isso se traduz em iniciativas que incentivam a experimentação e o aprendizado contínuo, abrindo espaço para a inovação constante.

Abordar o desenvolvimento da capacidade de explorar novas ideias e assumir riscos para inovar. Esse tópico enfatiza a importância de incentivar a liberdade criativa, o pensamento independente e a disposição para experimentar. "Criar asas" significa romper barreiras, sair da zona de conforto e buscar soluções inovadoras com confiança. Na prática, isso envolve abraçar a experimentação, aprender com erros, e usar a criatividade para enfrentar desafios, promovendo um ambiente onde as pessoas se sintam seguras para voar mais alto e pensar fora dos padrões convencionais.

• **Tópico 4:** Com vocês: O duplo diamante!

O duplo dimante e um módulo útil para "criar novo" no design e inovação Ele é dividido em quatro etapas, descobrir onde se instiga o problema e as necessidades dos usuários, definir que organiza essa informações em uma declaração clara do desafio, desenvolver onde são geradas ideias e criadas soluções; entregar, que foca no aprimoramento e na implementação das melhores opções essa abordagem estruturada não só ajuda a resolver problema complexos , mas também estimula a criatividade , assegurando que as inovações sejam relevante e atendam ao público.

O modelo do Duplo Diamante é uma abordagem de design que ajuda a entender o processo criativo e de resolução de problemas. Aqui estão as etapas de forma simples:

- **Descobrir**: Identificar e entender o problema. Isso envolve pesquisa e coleta de informações para entender as necessidades e desejos dos usuários.
- **Definir**: Analisar as informações coletadas e definir o problema de forma clara. Esta etapa foca em sintetizar os dados para estabelecer um desafio específico a ser resolvido.
- **Desenvolver**: Gerar ideias e soluções. Aqui, várias ideias são exploradas e protótipos podem ser criados para testar as soluções propostas.
- Entregar: Refinar e implementar a solução escolhida. Essa fase envolve testar, ajustar e finalmente lançar a solução para o público.

O modelo é chamado de "duplo diamante" porque cada par de etapas (Descobrir/Definir e Desenvolver/Entregar) forma um diamante, onde se expande para explorar novas possibilidades e depois se fecha para focar na solução.

O Canva é uma ferramenta popular e gratuita para a criação de infográficos, conhecida por sua facilidade de uso e recursos diversos. Ele permite que usuários personalizem templates e compartilhem gráficos nas redes sociais. O Freepik é outra opção, oferecendo uma ampla variedade de recursos gráficos e infográficos prontos para edição. Ambas as ferramentas tornam o design gráfico acessível a todos.

Assim,o duplo diamante serve como um guia valioso para transformar insights em novas oportunidades.

3.5.2 ESTUDANTES NA PRÁTICA

Inovação e Solução de Problemas com Design Thinking!

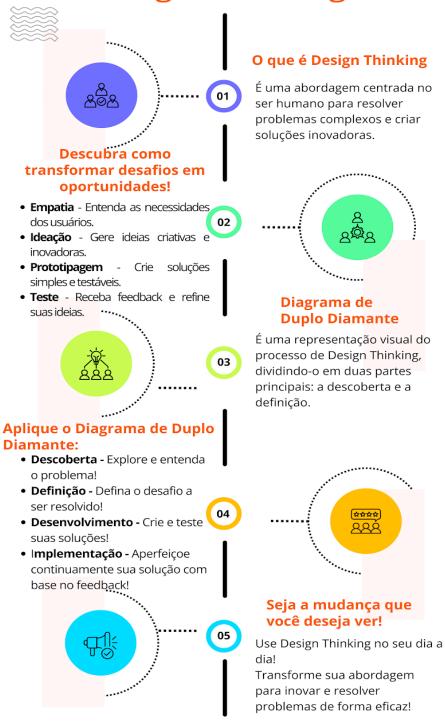


Figura 10: fonte os autores

4 CONCLUSÃO

Concluímos com este projeto que nós ressaltamos a importância da Lei do Bem (Lei Federal nº 11.196/2005) como um pilar fundamental para o incentivo à pesquisa e desenvolvimento (P&D) no Brasil. Esta legislação não apenas proporciona benefícios fiscais significativos, como deduções no Imposto de Renda e isenção de IPI, mas também cria um ambiente propício à inovação, essencial para a competitividade das empresas em um mercado global dinâmico.

Através da compreensão dos requisitos e do processo de solicitação, as empresas podem maximizar suas oportunidades de investimento em P&D, promovendo não apenas a criação de novos produtos e serviços, mas também a eficiência operacional. A gestão adequada dos investimentos e riscos, aliada ao uso de ferramentas como dashboards de Business Intelligence, permite que as organizações tomem decisões mais informadas e estratégicas.

Em suma, a Lei do Bem é uma oportunidade valiosa que, quando bem utilizada, pode transformar a abordagem das empresas brasileiras em relação à inovação, contribuindo para um desenvolvimento econômico mais sustentável e robusto no país. A adoção de práticas inovadoras e sustentáveis não só fortalece a competitividade das empresas, mas também impacta positivamente o cenário econômico nacional.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE SOFTWARE (ABES). Disponível em: https://www.abes.com.br/. Acesso em: 23 set. 2024.

JORNAL DO BRASIL. Disponível em: https://www.jb.com.br/. Acesso em: 12 ago. 2023. Pesquisa por: "Lei do Bem".

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES (MCTI). Disponível em: https://www.gov.br/mcti/. Acesso em: 10 set. 2024.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. Disponível em: https://www.gov.br/receitafederal/. Acesso em: 15 set. 2023.

SEBRAE. Disponível em: https://www.sebrae.com.br/. Acesso em: 20 set. 2024.

COSO. Gerenciamento de Risco Empresarial - Integração com Estratégia e Desempenho. Disponível em: https://www.coso.org/. Acesso em: 04 out. 2024.

ISO. Gerenciamento de Risco – Diretrizes. Disponível em: https://www.iso.org/iso-31000-risk-management.html. Acesso em: 04 out. 2024.

PMI. Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos (PMBOK® Guide). Disponível em: https://www.pmi.org/pmbok-guide-standards. Acesso em: 03 out. 2024.

BRASIL. Lei do Bem. Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2005/111196.htm. Acesso em: 10 out. 2024.

FRANCO, Eduardo; FERREIRA, José. Incentivos Fiscais e Inovação: Uma Análise do Efeito da Lei do Bem. Disponível em: [Link para o artigo].

KHAN, M. Y.; JAIN, P. K. Gerenciamento Financeiro: Texto, Problemas e Casos.

DRESNER, H. A Revolução da Gestão de Desempenho: Como as Empresas Utilizam a Inteligência de Negócios para Melhorar a Performance. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna, 2010.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES. Lei do Bem: Incentivos à Inovação. Disponível em: http://www.mctic.gov.br. Acesso em: 04 out. 2024.

SANTOS, M. A Importância da Pesquisa e Desenvolvimento na Sustentabilidade Empresarial. Revista de Administração, v. 25, n. 3, p. 45-60, 2019.

CHARETTE, Robert. Gestão de riscos e seu papel na gestão de projetos. 1. ed. São Paulo: Wiley, 2003.